

ECOPEDAGOGIA NA RELAÇÃO CAPITAL-NATUREZA¹

Ivo Dickmann²

Ana Maria de Oliveira Pereira³

Resumo

Este artigo estabelece uma crítica ao atual modelo de vida e produção capitalista, tendo como pano de fundo a Ecopedagogia. Para isso, discute os dilemas do desenvolvimento sustentável, sua história, limites e possibilidades, após apresenta a dialética do trabalho na relação entre seres humanos e natureza e, num último momento, trata a questão da formação humana e da práxis docente relacionado aos princípios da Ecopedagogia para repensar uma nova mentalidade socioambiental. Ao final, elenca um conjunto de considerações indicativas que se apresentam como resultado da reflexão ecopedagógica em diálogo com as teorias críticas da educação e da sociedade.

Palavras-chave: Natureza; Capital; Trabalho; Ecopedagogia.

ECOPEDAGOGÍA EN LA RELACIÓN CAPITAL-NATURALEZA

Resumen

Este artículo establece una crítica al actual modelo de vida y producción capitalista, teniendo como trasfondo la Ecopedagogía. Discute los dilemas del desarrollo sustentable, su historia, límites y posibilidades, luego presenta la dialéctica del trabajo en la relación del ser humano con la naturaleza y, en último momento, trata el tema de la formación humana y la praxis docente. relacionados con los principios de la Ecopedagogía para repensar una nueva mentalidad socioambiental. Al final, enumera un conjunto de consideraciones indicativas que se presentan como resultado de la reflexión ecopedagógica en diálogo con las teorías críticas de la educación y la sociedad.

Palabras clave: Naturaleza; Capital; Trabajo; Ecopedagogía.

ECOPEDAGOGY IN THE CAPITAL-NATURE RELATION

Abstract

This article establishes a critic to the current standard of capitalist life and production, having Ecopedagogy as background. For that reason, dilemmas about sustainable development are discussed, as well as its history, limits and possibilities, followed by an introduction to the working dialectic in the relation between human beings and nature and, at last, the issue of human training and teaching practices related to the principles of Ecopedagogy is addressed for the purpose of rethinking a new socio-environmental mentality. Finally, a set of indicative observations is elected as a result of the ecopedagogical reflection in dialogue with the critical theories of education and society.

Keywords: Nature; Capital; Work; Ecopedagogy.

¹ Artigo recebido em 02/06/2022. Primeira avaliação 26/07/2022. Segunda avaliação em 05/08/2022. Aprovado em 20/09/2022. Publicado em 10/11/2022. . DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i43.54.759>.

² Doutor em Educação pela UFPR e pós-doutor em Educação pela Uninove-SP. Professor do Mestrado em Educação e do Mestrado e Doutorado em Ciências da Saúde da Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó. E-mail: educador.ivo@unochapeco.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1472497660681364>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6293-8382>.

³ Doutora em Diversidade Cultural e Inclusão Social pela Universidade FEEVALE (Brasil) e pós-doutora em Educação com ênfase em Ecopedagogia pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó. Professora Adjunta na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail: anamaria.oliveira08@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4184522973273476>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6276-4282>.

Primeiras palavras...

O presente texto apresenta uma reflexão de cunho teórico, onde se procura articular as questões que relacionam a natureza e a reprodução social da vida, tanto a humana como as demais existentes no Planeta. Nesta seara, o eixo condutor do diálogo que se pretende é a Ecopedagogia em uma perspectiva de reinvenção, construindo novas abordagens e sinalizando que essa questão é atual e pertence ao processo de aproximação de novas temáticas emergentes.

Tomando o capital como resultado da acumulação alienada do trabalho humano que, por sua vez, se caracteriza como a ação humana no mundo para transformá-lo, não se torna possível entendê-lo desconectado das questões socioambientais, especialmente se percebermos o impacto ambiental e degradação causados nos últimos anos com o advento das mais elaboradas formas de exploração humana, em específico, e da natureza, em geral. Nesse sentido, pretendemos estabelecer um diálogo profícuo entre os aspectos sociais e ambientais tomando como base de referência a teoria crítica de educação e sociedade, percebendo o metabolismo social como parte integrante da totalidade do real-natural, e superar o mito da natureza intocada, como o lugar bucólico e puro, mas como resultado da história natural, que tem como parte integrante a humanidade como sua constituinte e constituidora.

Para tal tarefa traçamos um itinerário que perpassa três questões centrais: num primeiro momento discutiremos os dilemas do desenvolvimento sustentável tomando como base seu histórico, limites e possibilidades; depois trataremos da dialética que caracteriza a relação dos seres humanos com a natureza em vista da reprodução de todas as formas de vida no planeta e, por fim, tratamos da questão da formação humana que se inter-relaciona com a práxis docente - sempre tendo como pano de fundo dessas reflexões a Ecopedagogia como fundamento crítico radical para repensar uma nova mentalidade socioambiental na construção de uma nova civilização, mais justa, solidária e sustentável.

Dilemas do desenvolvimento sustentável

É inadiável a mudança de visão não só em relação à semântica da palavra “desenvolvimento” como também o que representa para o Planeta. Quando se fala

em preservação ambiental, logo vem em mente o desenvolvimento sustentável, a Agenda 21 e outras memórias que estão armazenadas em nosso consciente e subconsciente, e que remetem às questões socioambientais. Mas afinal, o que é desenvolvimento sustentável? Que relação o desenvolvimento sustentável tem com a sociedade capitalista neoliberal? Como a Ecopedagogia pode contribuir para uma maior consciência de que estamos vivendo uma convulsão ambiental e já vivemos decorrências irreversíveis das diversas formas de intervenção humana causadoras dos desequilíbrios dos ecossistemas?

A humanidade vem em um processo descontrolado de utilização dos recursos disponíveis na natureza que se intensificou após a Revolução Industrial que teve início no Século XVIII na Europa, e se espalhou pelos demais continentes, não de forma igualitária economicamente e nem em relação à exploração ambiental. As expressões dos impactos socioambientais são diversas e têm como fonte a exploração dos recursos naturais para a produção da acumulação de riqueza via a alienação do trabalho (ENGELS, 2004).

Em nome do “desenvolvimento econômico” que possibilite a inserção na sociedade globalizada, alguns governantes redimensionam e manipulam a legislação ambiental dos seus países de acordo com os interesses do Mercado. Dessa forma, colocam em risco uma possível sustentabilidade dos recursos naturais não-renováveis disponíveis em seu território bem como a desestruturação cultural e a intensificação da desigualdade social. O conceito de desenvolvimento, amplamente veiculado, tem relação aos aspectos econômicos de progresso, “[...] foi utilizado numa visão colonizadora, durante muitos anos, na qual os países do globo foram divididos entre ‘desenvolvidos’, ‘em desenvolvimento’ e ‘subdesenvolvidos’, remetendo-se sempre a um padrão de industrialização e de consumo” (GADOTTI, 2000, p. 59-60).

É sabido que isso de fato é uma divisão feita pelos países centrais e que está a serviço de uma exploração maior dos recursos econômicos, sociais e naturais dos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, pelo poder econômico dos países desenvolvidos, gerando submissão e novas formas de colonização. Além disso, juntamente com a degradação ambiental, é notável o aumento da violência, da periferização e marginalização das comunidades negras, tradicionais, ribeirinhas, indígenas, autóctones, da homofobia, xenofobia, aporofobia, misoginia, resultado de

um conjunto de normas e condutas sociais excludentes que não se considera ao pensar a sustentabilidade do desenvolvimento.

No que tange aos Direitos Humanos fundamentais é premente o descaso com o acesso precário à saúde, como evidenciado na pandemia de COVID-19, a falta de emprego digno e bem remunerado, os problemas decorrentes da falta de habitação adequada, a acessibilidade e a mobilidade urbana, a produção e distribuição de alimentos e o direito a um meio ambiente saudável e garantidor da vida, sendo que, por outro lado, vemos esse mesmo modelo neoliberal de desenvolvimento, aumentar a concentração de renda e multiplicar a riqueza de poucos, contribuindo para o aumento da miséria de muitos nos países “desenvolvidos” e em todo o mundo de forma cada vez mais desigual.

Nesse momento em que é possível observar e sentir a agonia do Planeta, urge a necessidade de constituir uma visão menos predatória e mais Ecopedagogia, menos economicista e mais humanista do desenvolvimento que se deseja. Precisamos aprender a conviver entre nós humanos e com os demais seres, dentro dos limites da Terra. Aqui emerge a ideia de um retorno aos modos de vida sustentáveis dos povos primitivos em sua relação com a natureza, que respeitavam os ciclos e a resiliência do Planeta, em vista do estabelecimento de princípios orientadores para nosso atual e futuro modo de vida, produção e consumo, de modo especial considerando aspectos relativos a ancestralidade e tradicionalidade (LOUREIRO, 2019).

Partindo desses princípios, procura-se trazer à discussão algumas problematizações feitas nesta seção sobre o desenvolvimento sustentável e suas relações com a sociedade capitalista neoliberal, além das contribuições da Ecopedagogia, nesse processo de reinvenção, para problematizar essas questões.

No início da década de 1980 do século XX, inicia-se a difusão do conceito de “desenvolvimento sustentável”, primeiramente na Assembleia Geral das Nações Unidas em 1979 e algum tempo depois, no relatório de Brundtland, conhecido também com o nome “Nosso Futuro Comum” de 1987 (COMISSÃO, 1991). O termo traz em sua gênese a ideia de garantia da satisfação das necessidades presentes das sociedades, sem comprometer as demandas das futuras gerações, sem estabelecer um questionamento do atual modelo de reprodução da vida insustentável, ou seja, por um lado estabelece o que é sustentabilidade, mas contraditoriamente, não critica o modelo insustentável. Isso acontece porque não

são construídos critérios específicos para elencar quais são as necessidades que serão supridas, visto que no modelo atual para supri-las alguns países precisariam estar em um planeta até quatro vezes maior (EARTH OVERSHOOT DAY, 2022).

Nesse tempo, que ultrapassa quarenta anos, as discussões e interpretações em relação à sustentabilidade do desenvolvimento avançaram, porém, ainda não foi possível um consenso de que a natureza tem recursos finitos, que o termo “desenvolvimento sustentável” vai além da proteção e preservação ambiental. Refere-se ao tripé economia-ambiente-sociedade em sua relação complexa, que dificilmente é harmônica, muito mais percebida e entendida num equilíbrio dinâmico. Conforme o diretor do Conselho Metropolitano de Helsinque, capital da Finlândia: “[...] desenvolvimento sustentável significa usarmos nossa ilimitada capacidade de pensar em vez de nossos limitados recursos naturais”. (KRANZ, 1995, p. 13).

Quadro 01 – Características da cultura da sustentabilidade

Características	Percursos
Promoção da vida na cotidianidade	É a vida que conduz o desenvolvimento sustentável, o planeta é vivo e as ações precisam ser coerentes com a vida, para que se possa gerar mais vida.
Agir de maneira ética	O ser humano precisa entender que todas as suas ações geram reações, por esse motivo é necessário a preocupação com as consequências das suas ações sobre os outros.
Equilíbrio Dinâmico	Esse equilíbrio se dá a partir do respeito a sabedoria da natureza. O desenvolvimento econômico deve levar em conta a preservação ambiental/social em uma dimensão ética.
Convergência Harmônica	A perspectiva de convivência entre todos os seres do planeta formando uma teia de conexões, cada um sentindo-se parte do todo.
- Intuição e razão	Equilíbrio entre a intuição e a razão para que se estabeleça uma cultura de sustentabilidade em detrimento à cultura tecnicista que gera um desenvolvimento desequilibrado, como é possível perceber na economia contemporânea.
Visão integral do indivíduo	Também conhecida como visão holística, que possibilita a perspectiva do todo e das partes, porém com o entendimento de que o todo não é a soma das partes. Existe a dinâmica das relações das partes para formar o todo, que tem ligação com regulação, autogeração e organização dos sistemas. O planeta é dinâmico e as partes se relacionam entre si para formar o todo.
Consciência planetária	Essa consciência proporciona aos seres humanos o reconhecimento de pertencimento ao planeta e a possibilidade de viver em harmonia. Assim será possível ter o entendimento do planeta como nossa casa.

Fonte: Adaptado de Gutiérrez e Prado, 2013, pelos autores.

Nessa mesma perspectiva, porém, apontando alguns caminhos, Prado e Gutiérrez (2013), no livro *Ecopedagogia e Cidadania Planetária*, apresentam características possíveis de promover uma cultura da sustentabilidade. No quadro a seguir observar-se as características vislumbradas pelos autores e os potenciais percursos para a efetivação desta cultura.

A sustentabilidade, não é só uma palavra da moda, que chefes de Estado e alguns economistas gostam muito de usar, é uma necessidade da humanidade para poder prosseguir por mais tempo no planeta. As características apresentadas, também levam a uma “sociedade sustentável”. Ambos os termos estão interligados, não é possível imaginar um desenvolvimento sustentável sem uma sociedade sustentável. Porém, esse entendimento de sustentabilidade não se relaciona à sociedade de consumo, resultado de uma economia capitalista neoliberal, a qual não está preocupada com a finitude dos recursos naturais disponíveis e sim com o lucro proveniente da exploração de recursos e pessoas.

Para Gadotti (2000, p. 64):

Não resta dúvida de que esta concepção de desenvolvimento coloca em xeque o consumismo do modo de produção capitalista, principal responsável pela degradação do meio ambiente e pelo esgotamento dos recursos materiais do planeta. Esse modelo de desenvolvimento, baseado no lucro e na exclusão social, não só distancia cada vez mais ricos e pobres, países desenvolvidos e subdesenvolvidos, globalizadores e globalizados. Na era da globalização, o capitalismo está criando, em escala mundial, um ambiente favorável ao surgimento de alternativas políticas regressivas e antidemocráticas que se aproximam do fascismo.

Alternativas estas, possíveis de constatar em todos os países, dos mais desenvolvidos economicamente aos com menores índices de desenvolvimento, e que exigem da população restrições no que diz respeito a saúde, educação e moradia para sanar dívidas de financiamentos e hipotecas com altos juros. Reduções também nos auxílios sociais, dificultando ainda mais a sobrevivência dos invisíveis às vistas do capitalismo, mas que sofrem suas consequências.

Quando se fala em preservação dos recursos naturais do planeta é possível constatar o quão consumista e predatória do ambiente é a sociedade do século XXI. Em dados obtidos através de observação de satélites realizadas pela Agência Espacial da Europa (ESA) no mês de Março de 2020 na Europa, foi possível constatar uma drástica diminuição de poluentes na atmosfera. Isso devido ao

período de quarentena, motivado pelo espalhamento mundial do vírus SARS-CoV-2, causador da doença denominada COVID 19, implementado no continente que reduziu as atividades econômicas e a circulação de veículos.

Através da observação das imagens de satélite pesquisadores conseguiram constatar diminuição de dióxido de nitrogênio (NO₂), gás altamente tóxico que resulta da queima de combustíveis fósseis, entre 40% e 50% no início do confinamento, em março de 2020 especialmente na Itália França e Espanha (ESA, 2020). No Brasil, conforme pesquisa realizada por Eduardo Landulfo, pesquisador do CELAP, financiada pela FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) houve diminuição de 33% na emissão do NO₂ na região metropolitana de São Paulo (ZIEGLES, 2020).

Estes dados corroboram o que viemos dizendo até aqui sobre a relação da sociedade consumista com a insustentabilidade do planeta. Em poucos dias de confinamento parcial foi possível uma redução de até 50% dos poluentes nos maiores centros industriais e urbanos dos países. Isso evidencia a gravidade da poluição ambiental que estamos vivendo e, por consequência, a intensificação do aquecimento global, com desequilíbrio climático e o agravamento de doenças respiratórias bem como o surgimento de novos males, comprovando o que Gutiérrez e Prado (2013) defendem, que é o agir eticamente, ou seja, ter consciência de que todas as ações geram reações, pois o planeta é um só, não existe fora e dentro, está tudo enlaçado, enredado na teia da complexidade.

Dialética ser humano e natureza

É utópico realizar leitura referente à crise ambiental somente do “meio físico”, é necessário o entendimento das relações sociais historicamente produzidas, que constituem a totalidade, nesta relação dialética entre seres humanos e natureza. Inexiste separar a história humana e da natureza, pois as condições de existência do ser humano e da sociedade são retiradas da natureza e aí se estabelece relação de dependência (MARX; ENGELS, 2019, p. 14).

Conforme os autores acima é necessário que o homem esteja em condições de viver, suprir suas necessidades básicas (alimento, água, habitação, vestuário) para que possa construir a sua história “o primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios para satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida

material” (MARX; ENGELS, 2019, p. 23). Isso tudo em um processo de interação com a natureza, pois é ali que acontece a simbiose da vida.

Essa produção da vida se dá também pelo trabalho, um dos conceitos basilares do pensamento de Karl Marx. Nos diferentes tempos históricos o modo de produção da vida vai adquirindo características e necessidades conforme especificidades da sociedade. Com o aumento da população e como consequência o aumento das necessidades, nas sociedades progressistas, desenvolve-se a divisão do trabalho que inicia primeiramente com a divisão de força física, para os diferentes tipos de trabalho e posteriormente a divisão material e intelectual do trabalho.

Nessa divisão do trabalho, como força produtiva da materialidade da vida, dá-se a propriedade. Para Marx e Engels a divisão do trabalho é baseada:

na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em famílias individuais, opostas umas às outras, está dada também, ao mesmo tempo, a distribuição, mais precisamente a distribuição desigual, quantitativa e qualitativa, do trabalho e seus produtos, e, portanto, está dada a propriedade, que já tem seu germe, sua primeira forma na família, onde a esposa e os filhos, são os escravos do homem” (MARXS; ENGELS, 2019, p. 28).

Caracteriza-se assim a primeira condição e disposição de força de trabalho de outrem, fator importante na divisão do trabalho primeiramente em pequenos grupos familiares e posteriormente a nível de blocos de países, denominada Divisão Internacional do Trabalho – DIT. Essa divisão foi a maneira que os países industrializados, tidos como desenvolvidos, encontraram, de inserir os países em desenvolvimento (fornecedores de matéria-prima e mão de obra barata) na economia globalizada.

Na primeira condição da divisão do trabalho, a exploração é da mão de obra, cada indivíduo tem o seu papel na materialização da sua vida. Na DIT, com a intenção de estimular o desenvolvimento econômico em países periféricos, os países desenvolvidos exploram a mão de obra e os recursos naturais do país em questão, aumentando ainda mais as desigualdades entre os blocos de países. Isso porque, a tecnologia para produção dos bens materiais está com o país desenvolvido, portanto, o custo é maior e essa tecnologia é condição para que os países em desenvolvimento produzam os bens referentes ao seu papel na DIT.

Em uma leitura crítica do comportamento entre o desenvolvimento econômico e as questões ambientais, é importante uma análise dialética de como o ser humano se apropria historicamente da natureza e como suas práticas influenciam a materialização da vida no presente e no futuro.

A partir do século XX, com o maior desenvolvimento tecnológico, pois a sociedade industrial estava em pleno processo de expansão mundial, começam a evidenciar-se fenômenos climáticos até então despercebidos. Estes fenômenos, como por exemplo, a intensificação do “[...] efeito estufa, passam a significar a possibilidade do fim da humanidade, provocando suscitações sobre essa capacidade ilimitada do planeta” (CONCEIÇÃO, 2004, p. 02).

O percurso histórico de acumulação capitalista tem concretização na exploração colossal dos recursos naturais, que até bem pouco tempo, usava-se como se fossem inesgotáveis (algumas economias ainda o fazem), sustentando-se na acumulação ilimitada e de bens, de riqueza e mercadorias se constituindo como a forma mais letal de esgotamento dos recursos não-renováveis do planeta (LÖWY, 2014). Somente no início da década de 1970 do século XX, iniciam-se discussões e manifestações acerca dessa exploração. Em 1972, em Estocolmo, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, o secretário geral da conferência, Maurice Strong na cerimônia de abertura lança “[...] um movimento de libertação, para livrar o homem da ameaça de sua escravidão diante dos perigos que ele próprio criou para o meio ambiente.” (GUSMÃO, 2006, p. 26).

A partir desta conferência, “[...] a sustentabilidade ecológica passa a ser apresentada como necessidade *indispensável* diante da situação crítica ambiental, das reservas naturais e da natureza do planeta.” (CONCEIÇÃO, 2004, p. 05). Os temas ambientais passam de um patamar de discussão diplomática, para mobilização mundial, não sem reações contrárias ao discurso de sustentabilidade ambiental e em defesa de um desenvolvimento econômico e industrial conforme a lógica do mercado.

Na década de 1990, no Rio de Janeiro, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED, sigla em inglês) no qual participaram representantes de 172 países. No discurso de encerramento da conferência, o secretário geral Maurice Strong, que também estava a frente da atividade em Estocolmo em 1972, falou sobre a importância de criar estratégias para

promover o desenvolvimento sustentável adequado aos países e reduzir os efeitos da degradação ambiental (GUSMÃO, 2006).

Nessa conferência, também conhecida como ECO-92, é lançada a Agenda 21, que apresentou propostas para buscar equilíbrio entre o meio ambiente e o desenvolvimento. Essa agenda, com ênfase na atividade do indivíduo no ambiente, restringiu possibilidades de críticas ao papel do capital nesse processo. Para Conceição:

O centro da discussão passa a ser direcionado contra o modo de produção e de vida dos homens, estes considerados como responsáveis pela crise do meio ambiente, indicando a necessidade de encontrar a reintegração da relação homem versus natureza, através de ações práticas articuladas ao processo ecológico, tecnológico e cultural, conforme os estilos de vida, a partir das potencialidades ecológicas locais (CONCEIÇÃO, 2004, p. 5).

A partir da visão do materialismo histórico e dialético, a primeira condição histórica humana, conforme referido anteriormente, é produzir as condições de satisfazer suas próprias necessidades, ou seja, a materialização da sua vida. Dessa forma é impossível separar o ambiente do desenvolvimento econômico que dará condições de sanar as necessidades vitais, pois na própria satisfação da necessidade primária, já surgem outras necessidades que precisarão ser sanadas. Segundo Marx (2019), falar que o ser humano se relaciona com a natureza é o mesmo que dizer que a natureza se relaciona com ela mesma, sendo que essa visão integral de pertencimento do ser humano possibilita pensar novas formas de inter-relação mais sustentáveis em vista da defesa da vida no planeta.

Essas necessidades criadas, que com o desenvolvimento econômico da sociedade no século XXI se intensificam, cada vez mais afasta as questões relacionadas à preservação e recuperação ambiental do fator econômico. Isso porque a lógica do consumo é antagônica à lógica da preservação e conservação da sustentabilidade. Os produtos possuem vida útil cada vez menor, para que as pessoas possam adquirir mais bens, ter mais necessidades, aumentar a ilusão de que não conseguem viver sem determinado produto, ampliando consumo. Isso tudo, tendo como pano de fundo a garantia e aumento do lucro e, como consequência, a inviabilização da sustentabilidade. E tautócrono ao consumismo, tem-se a degradação ambiental, a produção de lixo, a poluição, que interferem diretamente na materialização das condições de vida do indivíduo.

Em matéria do G1 referente ao Meio Ambiente, publicada por Carolina Dantas (2022), referente ao aumento da temperatura nas regiões polares do planeta, o pesquisador prof. Dr. Francisco Eliseu Aquino, integrante do Centro Polar e Climático da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, afirma que isso é impacto da emergência climática que estamos vivendo. Essa emergência climática está relacionada à degradação ambiental, fomentada pela emissão de gases poluentes que influenciam no aumento da temperatura do planeta. Como consequência, o desequilíbrio das massas de ar que regulam a temperatura do planeta, provocando secas, enchentes, frio intenso, fortes ondas de calor e outros fenômenos.

Esse é somente um exemplo do que a relação sociedade e natureza com vistas ao desenvolvimento econômico desenfreado, apresenta como consequências. A sociedade como um todo, não tem ainda, apesar de todos os sintomas que o planeta está evidenciando, a dimensão do dano que estamos causando ao planeta. Tem-se a impressão que sabemos que estamos fazendo mal ao planeta e a nós mesmos, mas nos sentimos impotentes para agir, esquecemos ou desaprendemos a capacidade de saber cuidar (BOFF, 1999).

O planeta é um só, não existe fora, só existe dentro. As providências para resolver as complicações das nossas ações, precisam ser tomadas com vistas à preservação e também, à recuperação do planeta. Precisamos agir imediatamente e desenvolver novas maneiras, menos devastadoras de viver na Terra. Uma dessas possibilidades passa por uma nova leitura da perspectiva socioambiental de forma mais crítica, que precisa ser semeada e incentivada em espaços de educação formal e informal, a Ecopedagogia.

Práxis docente e Ecopedagogia

Entende-se que o papel do educador na sociedade é proporcionar condições para que os educandos possam desenvolver autonomia para materialização de sua vida no planeta, seguir aprendendo, ter consciência da sua incompletude, compreender que é aprendiz sempre. Nesse sentido, corroboramos com Freire (2011, p. 16): “[...] formar é muito mais do que puramente treinar o educando no desempenho de destrezas”, mas acima de tudo, desenvolver a capacidade de ler o mundo, começando pelo mais imediato, seu entorno de vida, seu lugar de vivência, até a dimensão global, planetária.

Nesse mesmo caminho, com as lentes da pedagogia histórico-crítica, interpreta-se o trabalho educativo como “[...] ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens.” (SAVIANI, 2015, p. 287). Ou seja, o ato pedagógico é um ato criador, gerador de humanidade, que só é possível num ambiente sadio e propício à reprodução de todas as formas de vida - incluindo a humana.

A partir dessa linha de pensamento, traz-se a Ecopedagogia como prática socioeducativa em uma perspectiva “[...] da transformação socioambiental, tendo os educadores o compromisso da construção do conhecimento com os educandos” (DICKMANN; CARNEIRO, 2021, p. 175) e estes, por sua vez, a construção de novos conhecimentos, de forma dialógica e crítica para a transformação da realidade-vida. Uma das principais características citadas pelos autores, é de que o “[...] educador ambiental precisa ser um sujeito politizado, fazendo da educação um processo problematizador das relações entre sociedade e natureza” (idem, p.177). Para tal, sua prática necessita grande respaldo em atividades cognitivas, uma depende da outra “[...] não há pensamento fora da ação humana, pois a consciência e as concepções se formulam a partir do movimento do pensamento que se debruça sobre o mundo das ações e das relações que elas geram.” (PEREIRA, 2019, p. 24).

A consciência ecológica que se intensifica na escolarização é o que estimulará a sustentabilidade ambiental e econômica, pois permite a compreensão de que o Planeta é um todo, que os atos praticados aqui, serão sentidos aqui. Gadotti (2010, p. 75) defende a ideia de que é necessário o desenvolvimento de uma “cidadania planetária”, pois assim é possível a conexão da cotidianidade com o universo, entendendo o vínculo existente nesta rede de conexões que é o Planeta.

Neste ano de 2022, o livro *Ecopedagogia e Cidadania Planetária* de Francisco Gutiérrez e Cruz Prado, completa 50 anos da sua primeira edição, e infelizmente pouco se avançou no que diz respeito à Ecopedagogia. Por esse motivo e por acreditar que este é um dos caminhos para a preservação da vida no planeta, entende-se que a Ecopedagogia precisa se reinventar no tempo atual, tomando como referência as suas origens latino-americanas, mas como princípios universais, estabelecer uma nova mentalidade e outras relações dos seres humanos em sociedade e destes com o meio ambiente.

Há pesquisadores que já vêm se preocupando com isso de forma sistemática, produzindo o que estamos chamando de “segunda Ecopedagogia”, apoiada em temas ligados ao cotidiano contemporâneo em três pilares principais: a luta contra o patriarcado que é gerador de todas as formas de violência decorrentes dele; a superação do modo de pensar moderno que desligou razão e emoção, para reconstruir o sentir-pensar e a luta contra a hegemonia capitalista geradora da pobreza humana e acumulação desmedida de riquezas, que é o maior desastre socioambiental.

Esse processo de reinvenção, então, precisa redimensionar também a semântica da cidadania planetária, transformando-a em *cuidadania*, focada no cuidado com todas as formas de vida e de vivência, humanas e não-humanas, dos ecossistemas ecológicos e dos ecossistemas sociais, tomando o cuidado como categoria fundamental e orientadora da nossa práxis como professor e como ser natural e sujeito social.

Nessa práxis, o conhecimento vai sendo construído pelos educandos, a partir das situações epistemologicamente organizadas pelo educador, de forma que possam desencadear reflexões sobre as situações concretas relacionadas às práticas sociais e como decorrência, estimular novas formas de pensar e agir.

Sabe-se que o “[...] conhecimento é o produto obtido a partir da elaboração dos elementos assimilados à luz do espaço social onde o indivíduo está inserido” (PEREIRA, 2019, p. 31). Assim, estamos em permanente processo de construção do conhecimento e, conforme Freire (2011), num infinito movimento de procura, uma busca de ser mais, o que nos caracteriza como seres inconclusos, inacabados.

É importante destacar novamente o papel do educador neste processo pois, conforme Gadotti (2000, p. 31), estamos passando do “modo de produção para o modo de destruição”, o planeta está padecendo e não é possível esperar soluções de entidades ligadas ao capital produtivo, é preciso que a sociedade seja proativa. Enfatiza-se que um dos fomentadores desta proatividade é o educador, nos espaços concretos da sala de aula, independente da modalidade ou nível que atua.

Urge a necessidade das pessoas enxerguem o Planeta como sua casa, só assim haverá mudanças no modo de ver e agir em relação ao ambiente. A Ecopedagogia é capaz de proporcionar uma reeducação na visão da realidade ambiental, pois conforme Gadotti (2000, p. 102):

Reeducar o olhar significa desenvolver a atitude de observar a presença de agressões ao meio ambiente, criar hábitos alimentares novos, observar o desperdício, a poluição sonora, visual, a poluição da água, do ar etc. e intervir no sentido de reeducar o habitante do planeta.

Assim, ressalta-se a contribuição da Ecopedagogia para diminuirmos e evitarmos as decorrências da convulsão ambiental que estamos vivendo. É insustentável reproduzir práticas com ações pontuais e individuais, o planeta é um todo. É necessário criar novas formas de ser e estar na Terra, que não sejam devastadoras do ambiente em nome da materialização de um modo de vida. A vida humana é inseparável do ambiente, nossa permanência e existência aqui depende dos nossos atos. Ser um cidadão planetário exige consciência da finitude dos recursos naturais e das consequências das práticas humanas destruidoras.

Considerações indicativas

Mais do que elencar o conjunto de problemas socioambientais que temos atualmente devido ao atual modo de vida, produção e consumo insustentáveis do atual sistema capitalista, que derivam das políticas neoliberais que estão em vigência no mundo, nossa intenção é apresentar ao final de nossa reflexão, alguns indicativos de possibilidades de superação desse modelo e de vislumbramento efetivo de uma nova civilização que passa pela crítica radical do atual modelo. Desse modo, apresentamos a seguir alguns desses indicativos e suas referências para iniciarmos o debate e o diálogo em torno deles:

- Superação da crença de que a tecnologia vai diminuir o impacto ambiental ao criar novos produtos “menos poluentes”, por um modo de vida focado no consumo consciente e centrado na economia solidária, acentuando a relação sustentável com a natureza e gerando menos trabalho alienado.

- Construção de modos de vida sustentáveis, amparados no respeito à resiliência do planeta, à diversidade socioambiental de todas as formas de vida, concebendo a Terra como um organismo vivo e compreendendo que toda vida é uma só, como o princípio Gaia (LUTZENBERGER, 1990; LOVELOCK, 2020).

- Produção de conhecimento pertinente à sustentabilidade, com base num outro saber ambiental, contextualizado e crítico a partir de uma racionalidade complexa, dialógica e dialética, constituindo uma nova cultura das relações

socioambientais na perspectiva de uma nova civilização e cidadania planetária (LEFF, 2011; GUTIÉRREZ; PRADO, 2013).

- Formação integral do ser humano a partir de princípios ecopedagógicos estabelecidos a partir de modos de vida e produção, tomando o *oikos* da casa comum como critério de formação humana e a *paideia* como resultado dos atos de aprender-e-ensinar na relação com a natureza em seu cotidiana (DICKMANN et al, 2022).

- Religação do ser humano com a natureza, superando a dicotomia construída pelo pensamento moderno, estabelecendo profundas relações de pertencimento à Terra, respeito aos ecossistemas, coalescência e ternura como orientador de ações éticas dos humanos com todas as formas de vida do planeta.

E, se tudo isso não bastasse para a constituição de uma visão sustentável da vida na Terra, espera-se que a compreensão crítica da intervenção humana no mundo pelo trabalho, estabeleça a possibilidade de repensar o sistema (in)produtivo, para restabelecer novos princípios orientadores da reprodução da vida.

Por fim, acreditamos que a Ecopedagogia ainda tem muitas contribuições para a reflexão consistente e radical sobre o atual sistema econômico que degrada o ambiente e a vida humana, através do trabalho alienado e do modo de produção capitalista. Cabe a cada um/uma estabelecer o diálogo de sua práxis político-pedagógica com os princípios da Ecopedagogia e auxiliar no processo de reinvenção.

Referências

BOFF, L. **Saber cuidar: ética do humano, compaixão pela Terra**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CONCEIÇÃO, A. L. A insustentabilidade do desenvolvimento sustentável. **III Encontro Nacional do Meio Ambiente**, Salvador. Conferência proferida no dia 14 de outubro de 2004. em:<https://gpect.files.wordpress.com/2013/11/a-insustentabilidade-de-desenvolvimento-sustentavel.pdf> Acesso em março de 2022.

DANTAS, C. **Terra registra recordes de calor nos polos**; entenda o que há de inédito e o que isso revela sobre a crise climática. Publicado em 23 de março de

2022. Disponível em
<https://g1.globo.com/meio-ambiente/aquecimento-global/noticia/2022/03/20/antartica-registra-temperatura-30c-acima-do-esperado.ghtml>. Acesso em março de 2022.

DICKMANN, I; CARNEIRO, S. **Educação Ambiental Freiriana**. Chapecó: Livrologia, 2021.

DICKMANN, I; PEREIRA, A. M. de O; NEPOMUCENO, T. A. R.; LINDINO, T. C. Ecopedagogia e educação ambiental: entre a essência e a realidade. In: SILVA, José Bittencourt da; CAMPOS, Marília Andrade Torales (Orgs.). **Educação Ambiental: estudos de revisão do campo no Brasil**. Curitiba: Appris, 2022.

EARTH OVERSHOOT DAY. Disponível em:
<https://www.overshootday.org/newsroom/press-release-july-2021-portuguese/>
Acesso em 31 de maio de 2022.

ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem.

ANTUNES, R. (Org.). **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ESA – The European Space Agency. **Poluição do Ar em um Mundo pós-COVID-19**. (2020). Disponível em:
https://www.esa.int/Space_in_Member_States/Portugal/Poluicao_do_ar_num_mundo_pos-COVID-19. Acesso em março de 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GADOTTI, M. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Petrópolis, 2000.

GADOTTI, M. **A carta da Terra na Educação**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010.

GUSMÃO, Fundação Alexandre de. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas**. 2006. Disponível em:
www.funag.gov.br. Acesso em 31 de maio de 2022.

GUTIÉRREZ, F.. P., C. **Ecopedagogia e Cidadania Planetária**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

KRANZ, P. **Pequeno Guia Agenda 21 local**. Rio de Janeiro: 1995. Disponível em:
<https://www.passeidireto.com/arquivo/4963738/pequeno-guia>. Acesso março de 2022.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

LOUREIRO, C. F. B. **Educação ambiental: questões de vida**. São Paulo: Cortez, 2019.

LOVELOCK, J. **Gaia**: um novo olhar sobre a vida na Terra. Edições 70, 2020.

LÖWY, M. **O que é ecossocialismo?** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LUTZENBERGER, J.. **Gaia**: o planeta vivo (por um caminho suave). Porto Alegre: L&PM, 1990.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner. Petrópolis: Vozes, 2019.

PEREIRA, A. M. de O. **Aprender e Ensinar Geografia na Sociedade Tecnológica**: possibilidades e limitações. Curitiba; Appris, 2019.

SAVIANI, D.I, Sobre a Natureza e Especificidade da Educação. **Germinal**: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 7, nº 1, jun. 2015.

ZIEGLES, M. F. **Imágenes satelitales confirman la disminución de la polución del aire en la ciudad de São Paulo**. Publicado em: 14 de mayo de 2020. Disponível em:

<https://agencia.fapesp.br/imagenes-satelitales-confirman-la-disminucion-de-la-polucion-del-aire-en-la-ciudad-de-sao-paulo/33163/> Acesso em 31 de maio de 2022.